

FUNDAMENTOS E ESTRATÉGIAS INCLUSIVAS: O CURRÍCULO ESCOLAR. Ana Claudia A. Ribeiro; Bruna J. Corrêa; Paula Alessandra E. S. Gouveia (Graduandas em Psicologia - FC–Unesp/Bauru); Lucia Pereira Leite (Departamento de Psicologia-FC–Unesp/Bauru); Sandra Eli S. O. Martins (Departamento de Educação Especial- FFC–Unesp/Marília). Apoio: Núcleo de Ensino–Prograd/Unesp. Eixo 5: A formação docente na perspectiva da inclusão.

Resumo

A perspectiva de uma “escola para todos” remete à necessidade de reestruturar o sistema de ensino brasileiro na efetivação de um processo que responda a demandas educacionais específicas. Estudos teóricos apontam o currículo como instrumento capaz de discutir sobre os conhecimentos e procedimentos escolares, normatizados por aspectos político-administrativos, num dado cenário sociocultural. Nesse sentido, a fim de contribuir para a organização de práticas inclusivas nas escolas e formas diversificadas de acesso ao currículo comum, foi elaborado o livro “Fundamentos e Estratégias Inclusivas: o currículo Escolar”. Tal material aborda os fundamentos e estratégias pedagógicas direcionadas para atender às necessidades educacionais especiais, apresentadas particularmente por alunos com deficiência. O livro é composto por pressupostos teórico-operacionais, dispostos em sete itens, compreendendo: 1. Inclusão e inserção social: um olhar sobre a diferença; 2. A diversidade na escola (a escola para Todos e o conceito de necessidades educacionais especiais); 3. Fundamentos da Educação Inclusiva (princípios, desafios e normativas legais); 4. Prática pedagógica inclusiva (relação professor-aluno e processo de ensino e aprendizagem); 5. O currículo sob um novo paradigma (avanços e desafios do currículo no sistema educacional inclusivo e formas diversificadas de organização do currículo); 6. A formação continuada: caminhos percorridos na revisão de uma proposta curricular aberta às diferenças; 7. Referências Bibliográficas. O texto pretende ainda compartilhar com o leitor o percurso realizado por uma proposta de formação continuada ofertada aos professores e gestores de uma unidade escolar, na revisão de suas práticas para a organização do currículo para a educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Formação continuada. Currículo.

INTRODUÇÃO

A partir da década de noventa, pode-se notar mudanças significativas na realidade educacional brasileira, devido à repercussão de movimentos internacionais em prol da Educação Inclusiva, tais como a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos” realizada na Tailândia, no ano de 1990 e a “Declaração de Salamanca”, na Espanha, em 1994. Esses documentos

orientaram a elaboração de leis nacionais que garantem a matrícula de alunos da Educação Especial nas redes regulares de ensino.

Nesse sentido, o movimento da Escola Inclusiva surge com a perspectiva de reconhecer e valorizar a diversidade humana. No entanto, considerar que todos os alunos são diferentes uns dos outros é também considerar que estes possuem diferentes níveis e ritmos de aprendizado. Assim, pensar em uma Escola para Todos, requer pensar em novos caminhos didático-pedagógicos que favoreçam a realização desta ideia.

A “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (LDBEN 9.394/96) estabelece procedimentos pedagógicos necessários para a implantação de uma Escola Inclusiva. De acordo com o artigo 59 desta lei, “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”. (BRASIL, 1996).

No entanto, observa-se que muitas escolas brasileiras carecem de suportes eficazes para que alunos com necessidades educacionais especiais se beneficiem do currículo comum, não apenas garantindo a sua inserção nas classes regulares, mas a sua plena participação nas atividades escolares. (OLIVEIRA, 2007). Tal carência ocorre devido à predominância de uma proposta de ensino homogênea, uniforme, destinada a todos os alunos na Educação Básica, que pouco flexibiliza suas ações às particularidade de aprendizagem dos alunos. Ainda, aliada a falta de formação que subsidie a prática docente para lidar com estes alunos contribuem para a manutenção da segregação de alunos da Educação Especial, na sala de aula que se diz inclusiva.

Com base no Censo Escolar do ano de 2010, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a Educação Especial se configurou com 702.603 matrículas, representando um aumento de 10% em relação ao Censo escolar do ano anterior, de 2005. Desse total de matrículas, 218.271 correspondem a alunos matriculados em classes ou escolas especiais e 484.332 correspondem aos alunos com necessidades educacionais especiais incluídos nas classes comuns de ensino.

No cotejo desses dados, nota-se o aumento da matrícula de alunos com deficiências, transtornos global do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação nas escolas comuns, designados como público alvo da educação especial em nosso país (BRASIL, 2007). Tal fato demonstra a

necessidade do sistema educacional brasileiro em repensar suas práticas didático-pedagógicas, de forma a romper com o tradicionalismo nas escolas e implantar novas estruturas físicas, recursos educacionais e humanos.

A transformação do ensino na materialização da escola inclusiva, de acordo com os princípios da Declaração de Salamanca (1994), exige que as escolas reconheçam a sua autonomia, flexibilizem o ensino, criando condições favoráveis para o acesso e a permanência de todos alunos (OLIVEIRA; LEITE, 2000). Nas palavras das autoras, “[...] deve-se considerar inclusive, as dificuldades que as escolas têm para administrar a conquista da flexibilização e da sua autonomia, pois está também em suas mãos a responsabilidade de efetivar mudanças que impeçam o processo de exclusão e permitam construir, verdadeiramente, uma escola inclusiva que dê respostas educativas à diversidade, sejam elas sociais, biológicas, culturais, econômicas ou simplesmente educativas. (p.14).”

Desse modo, o desafio está no compromisso da rede comum de ensino em proporcionar condições necessárias para a construção de uma escola que atenda a todos, porém não perdendo de vista as possibilidades e necessidades de cada aluno na elaboração e na proposição de situações de ensino.

O Parecer CNE/CEB 17/2001 pontua que “[...] não é o aluno que se amolda ou se adapta à escola, mas é ela que, consciente de sua função, coloca-se à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo. (p.361).”

Para concretizar a ideia de que a escola deve adaptar-se às necessidades de seus alunos, Gonzalez (2002) aponta a necessidade de um instrumento: o Currículo. Assim, na perspectiva da Escola Inclusiva, o currículo representa uma ferramenta básica para a escolarização dos alunos. Cabe a cada sistema de ensino a construção de sua proposta curricular, respeitando as suas particularidades sócio-culturais, as necessidades de suas escolas e a diversidade de seu alunado (OLIVEIRA, 2007).

Segundo Gonzalez (2002), o currículo deve ser pensado como um fator de mudança que afetará tanto as ações dos professores, quanto dos docentes, de forma a responder efetivamente à diversidade contemplada pela Educação Inclusiva. Faz parte então dessa premissa entender o aluno como foco das intervenções pedagógicas, priorizando seu acesso ao currículo e garantindo assim a permanência na escola.

Para atender os princípios da educação inclusiva foi elaborado este livro *“Fundamentos e Estratégias Inclusivas – o currículo escolar”*, cujo

conteúdo visou auxiliar os professores de uma rede municipal de ensino no processo de sistematização de ações didático-pedagógicas de acesso ao currículo, na promoção da Escola para Todos. Esse livro irá abordar sobre os fundamentos e estratégias pedagógicas para alunos com necessidades educacionais especiais, inclusive os que apresentam deficiência. Compartilha ainda o percurso realizado em uma proposta de formação continuada de professores e gestores, convidando-os a reexaminarem as suas práticas de organização do currículo, à luz do paradigma da educação inclusiva.

METODOLOGIA

Este material didático-pedagógico é composto de pressupostos teórico-operacionais, dispostos em sete itens, subdivididos em:

1. *Inclusão e inserção social: um olhar sobre a diferença* – o qual discutirá sobre a inclusão e movimentos sociais apresentando os princípios históricos dessa realidade;

2. *A diversidade na escola*, abordando os subtópicos: *Escola para todos* - que faz um recorte da inclusão social, destacando que a área educacional também se enriquece com esse princípio; e *Necessidades Educacionais Especiais (NEE)* – que revê o conceito e como tem sido empregado nas normativas legais para se referir aos alunos que apresentam dificuldades no aprendizado acadêmico, incluindo os que se encontram na condição de deficientes;

3. *Fundamentos da Educação Inclusiva*, descritos nos sub-tópicos: *Princípios e desafios para a Educação Inclusiva* – que reflete e tece considerações sobre as funções da escola numa perspectiva inclusiva, e *Documentos normativos sobre Educação Especial e Educação inclusiva* – que objetiva retomar premissas legais que sustentam o ensino a diversidade;

4. *Prática pedagógica inclusiva*, descrevendo nos subtópicos – *A relação professor-aluno em sala de aula* e *A importância da mediação no processo de ensino e aprendizagem*;

5. *O currículo sob um novo paradigma*, focalizando os *Avanços e desafios do currículo no sistema educacional inclusivo* e as *Formas diversificadas de organização do currículo* às demandas individuais dos alunos, traçando considerações sobre como a prática pedagógica deve se ajustar em função de demandas especiais de seu alunado;

6. *A formação continuada: caminhos percorridos na revisão de uma proposta curricular aberta às diferenças* – no qual descreve uma proposta de formação continuada ofertada a professores e gestores de uma escola pública, compartilhando os caminhos percorridos na revisão de uma proposta curricular aberta às diferenças. Neste item, destacam-se as ações efetivadas na escola, na aula, sinalizando as formas de apoio a serem efetivadas e a importância da avaliação processual para acompanhar o desenvolvimento do progresso acadêmico do aluno.

Por fim, é acrescida a seção de *referências*, com destaque as produções científicas estudadas e os preceitos legais que embasaram as considerações apresentadas no decorrer do texto.

RESULTADOS ESPERADOS

Diante da necessidade de construir novas práticas e estratégias pedagógicas no sistema de ensino brasileiro, capaz de possibilitar não só o acesso, mas também a permanência dos alunos da Educação Especial nas escolas comuns que considere a diversidade de níveis e ritmos diferentes dos alunos. Este material pretende contribuir para orientar e esclarecer dúvidas de seus leitores a respeito dos fundamentos e estratégias da Educação Inclusiva, bem como dos princípios legais e auxiliá-los no processo de sistematização de ações didático-pedagógicas de acesso ao currículo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão de alunos da educação especial nas escolas comuns e a redução de matrículas nas classes e nas escolas especiais não podem ser consideradas como sinônimo de superação de desigualdades na escola, uma vez que muitas são as barreiras e as dificuldades desse alunado no acesso ao currículo e a sua permanência na escola. Embora as escolas públicas garantam aos alunos da Educação Especial a matrícula, enfrentam dificuldades na oferta de condições físicas e didático-pedagógicas adequadas às necessidades educacionais dos alunos da educação especial (DORZIAT, 2007).

Dessa forma, torna-se importante o investimento em estudos teórico-operacionais, e a sua publicação, que busquem refletir sobre a Educação

Inclusiva, orientando os professores, a equipe escolar e os familiares sobre como atender às demandas individuais de aprendizagem dos alunos, respeitando às diferenças na sala de aula.

A organização desse novo material assume um grande desafio: o de auxiliar as escolas no processo de transição para uma escola inclusiva, de forma que as proposições de ensino se pautam em propostas educacionais que possam responder às necessidades de cada aluno, inclusive os alunos com deficiência.

Segundo Aranha (2001), o processo de democratização da sociedade brasileira passa por uma lenta construção do respeito a essa parcela da população, que há anos tenta conquistar uma efetiva participação no contexto social, que por lei tem direito.

Nesse sentido, Antunes (2003, p.128) afirma que o trabalho com a diversidade encontrará sempre novos desafios. A busca constante da solução de problemas que assolam a humanidade faz com que o homem percorra novos caminhos e assim, "(...) nesse movimento, desconstruindo, construindo e reconstruindo, por meio das vivências das questões que nos afligem, reconstruímo-nos a nós mesmos".

Numa digressão entende-se que a Educação Inclusiva representou um grande avanço no atendimento às pessoas com deficiências e ao princípio de uma escola para todos, principalmente em termos legislativos. Porém, ainda hoje as escolas públicas encontram dificuldades pedagógicas e administrativas para promover um ensino de qualidade aos alunos com deficiência. Concorde-se com Omote (2008) quando relata que a reestruturação do sistema educacional em direção a um sistema educacional inclusivo pode conduzir a dois caminhos contrários: um em direção a uma escola ideal, de qualidade, capaz de lidar com as diferenças e necessidades de seus alunos, e outro no sentido de uma escola que simplesmente adota a terminologia de Inclusão e realiza alguns arranjos de natureza estritamente burocrática, com procedimentos educacionais que ainda seguem a lógica da exclusão.

Por fim, as considerações dispostas no livro em curso reafirmam que o olhar para a diversidade é uma tarefa de realização coletiva, não apenas sob responsabilidade do professor, e que prevê mudanças de ordem educativa e social. Para tanto, é preciso preparar os educadores para organizar práticas didático-curriculares e implantar recursos físicos e materiais que possibilitem

aos alunos da Educação Especial não sejam privados de um espaço social no qual eles podem se desenvolver.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. A. M. et al (orgs.). A Psicologia Escolar na Implementação do Projeto Político-Pedagógico da Rede Municipal de Ensino de Guarulhos: Construindo um trabalho coletivo. In: MEIRA, M. E. M; ANTUNES, M. A. M (orgs.). *Psicologia Escolar: Práticas Críticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, p.128.

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. In: *Revista do Ministério Público do Trabalho*, ano XI, n.21, março 2001, p.160-173.

BRASIL. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nova LDB* (Lei n.9.394/96). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Conselho Nacional de Educação (CNE). Brasília, 2001.

BRASIL. MEC/SEESP *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva* – documento elaborado pelo grupo de trabalho – MEC/SEESP, nomeado pela portaria ministerial n.555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela portaria n.948, de outubro de 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar 2010*. Brasília, 2010. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/censo/2010/divulgacao_censo2010_201210.pdf

DORZIAT, A. A Inclusão escolar de surdos: um olhar sobre o currículo. In: JESUS, D. M. et al (Orgs). *Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2007.

GONZÁLEZ, J. A. T. *Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

OLIVEIRA, I. A. Política de educação inclusiva nas escolas: trajetória de conflitos. In: JESUS, D. M. et al (orgs.). *Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2007.

OLIVEIRA, A. A. S.; LEITE, L. P. Escola Inclusiva e as Necessidades Educacionais Especiais. In: MANZINI, E. J. (org.). *Educação Especial: temas atuais*. Marília, 2000, p.11-29.

OMOTE, S. Diversidade, Educação e Sociedade Inclusiva. In: OLIVEIRA, A. A. S. et al (orgs.). *Inclusão escolar: as contribuições da educação especial*. São Paulo, 2008.